



TJMG

Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

versão 1

PODER JUDICIÁRIO

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA INGRESSO NA
CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

001. Prova Objetiva Seletiva

Juiz de Direito Substituto

INSTRUÇÕES

- ▲ Este caderno de questões contém um total de 100 questões objetivas.
- ▲ Confira a versão de seu caderno com a versão constante na etiqueta da sua carteira.
- ▲ Preencha e assine nos locais indicados nas capas deste caderno e na folha de respostas.
- ▲ Assinale na folha de respostas, com caneta esferográfica azul ou preta, o número da sua prova.
- ▲ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta, assinalando com caneta esferográfica azul ou preta.
- ▲ Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- ▲ Responda a todas as questões.
- ▲ Durante a realização da prova não será permitida consulta a livros, anotações e comentários de qualquer natureza.
- ▲ A saída do candidato da sala será permitida após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ▲ Ao sair, você entregará ao fiscal este caderno e a folha de respostas, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.
- ▲ A duração da prova é de 5 horas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Assinatura do Candidato _____



TJMG

Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

versão 1

PODER JUDICIÁRIO

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA INGRESSO NA
CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Esta não é a folha de respostas – gabarito para simples conferência.

01		21		41		61		81	
02		22		42		62		82	
03		23		43		63		83	
04		24		44		64		84	
05		25		45		65		85	
06		26		46		66		86	
07		27		47		67		87	
08		28		48		68		88	
09		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	



TJMG

Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

versão 1

PODER JUDICIÁRIO

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA INGRESSO NA
CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

001. Prova Objetiva Seletiva

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do Candidato _____

Número de Protocolo _____

(Publicado no deferimento da inscrição)

Assinatura do Candidato _____

Número do RG _____

DIREITO CIVIL

01. Quanto ao contrato de seguro, assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) A apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador, e mencionarão os riscos assumidos, o início e o fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido.
- (B) Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento da indenização, a garantir interesse legítimo de segurado, contra riscos preterdeterminados.
- (C) O segurador, desde que o faça nos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco sem culpa do segurado, poderá dar-lhe ciência, por escrito, de sua decisão de resolver o contrato.
- (D) Somente pode ser parte no contrato de seguro, como segurador, entidade legalmente autorizada.

02. Com relação ao adimplemento das obrigações por pagamento, analise as afirmativas seguintes.

- I. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- II. A quitação não poderá ser dada por instrumento particular.
- III. Na imputação do pagamento, havendo capital e juros, segundo a lei civil, o pagamento imputar-se-á primeiro no capital, e depois nos juros vencidos.
- IV. Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e formas legais.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

03. Assinale a alternativa correta com relação aos direitos da personalidade.

- (A) Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, podendo seu exercício sofrer limitação voluntária, salvo se a lei excepcionar.
- (B) Para proteção da utilização da imagem não autorizada de pessoa morta, nas hipóteses da lei civil, é parte legítima para requerer a medida judicial protetiva somente o cônjuge sobrevivente.
- (C) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (D) Terá legitimação para requerer medida judicial para que cesse lesão a direito da personalidade do morto o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente na linha reta, ou colateral até o quarto grau.

04. Assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta** no que concerne à prescrição.

- (A) A prescrição só pode ser alegada a quem aproveita em primeiro grau de jurisdição.
- (B) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (C) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (D) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

05. Com relação ao mandato, assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) Ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.
- (B) Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses.
- (C) Na falta de previsão no contrato ou na lei, a retribuição no mandato oneroso poderá ser determinada pelos usos do lugar ou, na falta destes, por arbitramento.
- (D) O mandatário não tem o direito de reter, do objeto da operação que lhe foi cometida, o que baste para pagamento do que lhe for devido em consequência do mandato.

06. Assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) Medindo-se a indenização pela extensão do dano, o juiz poderá reduzir equitativamente a indenização quando houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- (B) Havendo usurpação ou esbulho do alheio, a indenização consistirá no reembolsar o seu equivalente ao prejudicado.
- (C) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido, porém, se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização conforme as circunstâncias do caso.
- (D) A indenização por ofensa à liberdade pessoal consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido.

07. Analise as afirmativas seguintes.

- I. Estão sujeitos à curatela os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- II. O Ministério Público não tem legitimidade para propor a interdição se não promovê-la os pais ou tutores, cônjuge ou qualquer parente.
- III. A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado, até cessar a menoridade.
- IV. A decisão que declara a interdição só produz efeitos após o trânsito em julgado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

08. Analise as afirmativas seguintes.

- I. Os atos violentos autorizam a aquisição da posse depois de cessar a violência.
- II. A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, que fica dependendo de ratificação.
- III. A pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito real, anula a posse indireta, de quem aquela foi havida.
- IV. Ao possuidor de má-fé assiste o direito de retenção pela importância das benfeitorias necessárias.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

09. Assinale a alternativa correta quanto ao direito de propriedade.

- (A) Fixadas por decisão judicial devem ser toleradas as interferências, não podendo o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, ainda que estas se tornem possíveis.
- (B) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.
- (C) Somente os ramos de árvore, que ultrapassarem a estrema do prédio, poderão ser cortados, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido.
- (D) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, abrangendo as jazidas.

10. Assinale a alternativa correta.

- (A) É nulo o casamento celebrado por autoridade incompetente.
- (B) É anulável o casamento contraído por enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (C) É anulável o casamento realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges.
- (D) A anulação do casamento dos menores de 16 (dezesseis) anos não pode ser requerida pelo próprio cônjuge menor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Analise as afirmativas seguintes.

- I. Quando o juiz constatar a ocorrência da incompetência absoluta do órgão que ocupa, deverá imediatamente dar-se por incompetente, mesmo que não tenha havido qualquer arguição neste sentido.
- II. Em regra, é prescindível que a parte argua a incompetência relativa por meio de exceção para que o juiz se dê por incompetente, salvo a hipótese prevista no Código de Processo Civil.
- III. Se o autor da herança não tinha domicílio certo e possuía bens em lugares diferentes, é competente para a abertura da sucessão o foro de onde ocorreu o óbito.
- IV. É competente o foro do domicílio ou da residência do alimentário, para a ação em que se pedem alimentos.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

12. Quanto ao instituto da confissão, assinale a alternativa correta.

- (A) A confissão judicial faz prova contra o confitente obrigando os litisconsortes.
- (B) A confissão espontânea não pode ser feita por mandatário com poderes especiais.
- (C) A confissão, quando emanada de erro, dolo ou coação, pode ser revogada a qualquer tempo por ação anulatória.
- (D) Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

13. Analise as proposições seguintes.

- I. São considerados princípios informativos do processo o princípio do devido processo legal, o princípio do contraditório e o princípio da busca da verdade real.
- II. Os pressupostos de existência válida ou de desenvolvimento regular do processo podem ser de ordem subjetiva e objetiva.
- III. A existência nos autos de instrumento de mandado conferido a advogado é considerada um dos elementos necessários para identificação da causa.
- IV. A reconvenção como forma de defesa não promove a inversão dos polos ativo e passivo nem exige subordinação às condições da ação.
- V. A confissão judicial pode ser espontânea ou provocada, sendo reduzida em seguida a termo.

Estão corretas apenas as proposições

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.

14. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a matéria controvertida contida na petição inicial for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá proferir sentença o juiz sem determinar a citação da parte ré.
- (B) É vedada a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que não haja conexão entre eles.
- (C) É lícita na petição inicial a formulação de pedido subsidiário ao principal, em ordem sucessiva, cujo valor da causa será a soma dos valores de todos eles.
- (D) A alteração da causa de pedir será permitida até o início da produção das provas.

15. Na execução contra devedor solvente, é correto afirmar que absolutamente

- (A) impenhoráveis são os recursos públicos recebidos por instituições privadas de livre aplicação.
- (B) impenhoráveis são os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, ainda que de elevado valor.
- (C) impenhorável é, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança.
- (D) impenhorável é a propriedade rural, desde que arrendada pela família.

16. Considerando a atual sistemática da execução para entrega de coisa regida pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) O devedor poderá depositar a coisa, em vez de entregá-la, quando quiser opor embargos.
- (B) Alienada a coisa quando já litigiosa, expedir-se-á mandado contra o terceiro adquirente, que somente será ouvido depois de depositá-la.
- (C) O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado, para satisfazer a obrigação ou apresentar embargos, independentemente da segurança do juízo.
- (D) Serão apurados em liquidação, a favor do credor, o valor da coisa e os prejuízos quando esta não lhe for entregue, se deteriorou, não for encontrada ou não for reclamada do poder de terceiro adquirente.

17. Quanto ao trato do sistema recursal na lei processual, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
- (B) Considera-se aceitação tácita a prática, com reserva, de um ato incompatível com a vontade de recorrer.
- (C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- (D) O recurso adesivo será conhecido ainda que o recurso principal seja declarado deserto.

18. Considerando as ações de demarcação e divisão, analise as afirmativas seguintes.

- I. Cabe a ação de demarcação ao condômino para obrigar os demais consortes a partilhar a coisa comum.
- II. Feitas as citações, terão os réus o prazo comum de 20 (vinte) dias para contestar.
- III. Todos os réus serão citados por edital.
- IV. Havendo cumulação das ações após fixação da linha de demarcação, os confinantes considerar-se-ão terceiros quanto ao processo divisório.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

19. Assinale a alternativa correta sobre o pagamento das dívidas do espólio.
- (A) É lícito ao credor do espólio requerer ao juízo do inventário, até mesmo após a partilha, o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.
 - (B) O credor de dívida líquida e certa, ainda não vencida, pode requerer habilitação no inventário.
 - (C) A petição, com a prova literal da dívida, será juntada aos autos do processo de inventário.
 - (D) Não havendo concordância de todas as partes sobre o pedido de pagamento feito pelo credor, o juiz deferirá a adjudicação de bens do espólio ao credor.
20. Quanto ao processo de arresto, como procedimento cautelar específico, assinale a alternativa correta.
- (A) Para concessão da liminar em arresto, quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar bens que possui, dispensa-se prova literal da dívida líquida e certa.
 - (B) Ficará suspensa a execução do arresto se o devedor der fiador idôneo.
 - (C) Em todos os casos, a sentença proferida no arresto não faz coisa julgada na ação principal.
 - (D) Julgada procedente a ação principal, o arresto se resolve em sequestro.

DIREITO DO CONSUMIDOR

21. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- (A) É considerado consumidor o microempresário que se utiliza do produto ou serviço como insumo para o exercício de sua atividade.
 - (B) Nas ações judiciais que envolvam a relação jurídica consumerista, será obrigatória a inversão do ônus da prova em benefício do consumidor.
 - (C) Quando a ofensa aos direitos do consumidor tiver mais de um autor, cada um deles responderá pela reparação, considerados os danos que causou.
 - (D) É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como riscos que apresentem.

22. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os riscos à saúde ou segurança não precisam ser necessariamente informados ao consumidor, quando considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição.
- (B) Em virtude da teoria da responsabilidade objetiva nas relações de consumo, o fabricante será responsabilizado por danos causados aos consumidores pelos seus produtos, mesmo se provar culpa exclusiva de terceiro.
- (C) Um produto jamais será considerado defeituoso se outro de melhor qualidade for colocado no mercado.
- (D) A responsabilização pessoal dos profissionais liberais, na prestação de serviços aos consumidores, será sempre objetiva.

23. Analise as proposições seguintes.

- I. Pode existir publicidade enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- II. Não depende de declaração do juiz antes da fase instrutória sobre quem deve recair o ônus da veracidade e correção da informação e comunicação publicitária.
- III. A lei considera prática abusiva enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, bem como condicionar o fornecimento de produto ao fornecimento de outro produto.
- IV. O consumidor cobrado em quantia indevida tem o direito à repetição do indébito, sempre por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.
- V. A lei consumerista considera entidade de caráter privado os serviços de proteção ao crédito.

Estão corretas apenas as proposições

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.

24. Analise as proposições seguintes.

- I. Os contratos nas relações jurídicas consumeristas não obrigam os consumidores se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.
- II. O prazo decadencial para a reclamação por vícios em produtos ou serviços prestados ao consumidor é aplicável à ação de prestação de contas ajuizada pelo correntista com o escopo de obter esclarecimentos acerca da cobrança de taxas, tarifas e/ou encargos bancários.
- III. As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados aos consumidores por fraudes ou delitos praticados por terceiros – como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos –, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.
- IV. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- V. De acordo com o sistema consumerista, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva sempre invalida o contrato.

São **incorretas** apenas as proposições

- (A) II e V.
- (B) III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, IV e V.

25. Assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) O Ministério Público poderá propor, em nome próprio e no interesse das vítimas ou seus sucessores, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos.
- (B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
- (C) O Ministério Público, nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, se não ajuizar a ação, atuará sempre como *custos legis*.
- (D) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença sempre fará coisa julgada *erga omnes*.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

26. Analise as assertivas seguintes.

O Ministério Público pode participar, como membro efetivo, dos Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente

PORQUE

é seu dever velar pela defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

- (A) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- (B) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (C) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- (D) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

27. Analise as assertivas seguintes.

Demonstrada a falta ou carência de recursos materiais, em procedimento contraditório, o juiz poderá decretar a perda ou a suspensão do poder familiar

PORQUE

aos pais incumbe o dever de sustento dos filhos.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

- (A) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- (B) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (C) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- (D) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

28. Analise as assertivas seguintes.

O reconhecimento do estado de filiação pode preceder o nascimento

PORQUE

este é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

- (A) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- (B) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (C) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- (D) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

29. Analise as assertivas seguintes.

O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial e produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado, ainda que o adotante, após inequívoca manifestação de vontade, venha a falecer no curso do procedimento

PORQUE

tal decisão tem natureza constitutiva.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

- (A) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- (B) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (C) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- (D) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

30. À luz da Lei n.º 8.069/90, assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) Para adoção conjunta, por casal homoafetivo, é necessário que eles sejam casados civilmente ou que mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- (B) Iniciado o procedimento em decorrência de ato infracional cometido pelo menor, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.
- (C) Em se tratando de viagem ao exterior, a autorização judiciária é dispensável, se a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais e autorizada expressamente pelo outro, com firma reconhecida.
- (D) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

DIREITO PENAL

31. Leia atentamente as assertivas a seguir.

- I. Pode-se afirmar que, na história do Direito Penal Brasileiro, as Ordenações Filipinas foram substituídas pelo Código Criminal do Império de 1830.
- II. A interpretação da lei é autêntica contextual quando o julgador, dentro de um determinado contexto fático, aplica-a.
- III. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelo crime tentado.
- IV. O erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.

32. Da Lei da Anistia, surgem os seguintes efeitos.

- I. A anistia do delito não pode ser revogada.
- II. A condenação por crime anistiado só pode ser considerada para efeitos de reincidência.
- III. Quando existir decisão condenatória, a norma eliminará a condenação e todos os seus efeitos.
- IV. A anistia não elimina a tipicidade da conduta dos coautores.

Estão corretas apenas as assertivas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.

33. João Teodoro foi condenado a 1 (um) ano de reclusão, pela prática de furto tentado, por fato ocorrido em 21.04.2006. Na fixação da pena, foi considerada a circunstância agravante da reincidência. A sentença transitou em julgado para as partes em 02.02.2007. Foi expedido mandado de prisão e o réu não foi encontrado.

Quanto à prescrição da pretensão executória da pena, pode-se afirmar que ela ocorrerá em

- (A) 4 (quatro) anos.
- (B) 3 (três) anos.
- (C) 2 (dois) anos.
- (D) 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses.

34. Maria da Piedade, com 21 (vinte e um) anos, foi estuprada por um desconhecido. Envergonhada com o fato, não tomou nenhuma providência perante a polícia, o Ministério Público ou a justiça. Desse fato, resultou gravidez. Maria provocou aborto em si mesma.

Em face da legislação que rege a matéria, assinale a alternativa correta.

- (A) Agiu amparada pelo estado de necessidade.
- (B) Praticou o crime de aborto, descrito no artigo 124 do Código Penal Brasileiro.
- (C) O aborto sentimental pode ser praticado pela própria vítima.
- (D) Agiu impelida por relevante valor social.

35. O legislador elegeu como circunstâncias preponderantes, sobre o previsto no artigo 59 do Código Penal Brasileiro, para a fixação das penas nos crimes de tráfico de drogas, Lei n.º 11.343/06, a natureza e quantidade da substância,

- (A) a culpabilidade e a personalidade do agente.
- (B) a reincidência e a culpabilidade do agente.
- (C) a culpabilidade, as circunstâncias e as consequências do crime.
- (D) a personalidade e a conduta social do agente.

36. Atanásio Aparecido ocultou um veículo de sua propriedade e lavrou um boletim de ocorrência com o relato de que fora furtado, com o objetivo de receber o seguro, o que de fato ocorreu.

O delito praticado por Atanásio é definido como

- (A) estelionato.
- (B) fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro.
- (C) simulação para recebimento de valor de seguro.
- (D) estelionato qualificado.

37. Nos crimes de estupro (artigo 213 do Código Penal) e estupro de vulnerável (artigo 217-A do Código Penal), a pena é aumentada pela metade quando o

- (A) agente é empregador da vítima.
- (B) crime é cometido em concurso de duas ou mais pessoas.
- (C) agente é reincidente específico.
- (D) agente praticou o crime em estado de embriaguez preordenada.

38. Com relação ao porte de arma de fogo em todo o território nacional, podem portar arma de fogo os integrantes das:

- I. guardas municipais das capitais dos Estados, independentemente da regulamentação da lei;
- II. guardas municipais dos Municípios com mais de 300 mil habitantes;
- III. guardas municipais dos Municípios com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes, quando em serviço;
- IV. carreiras de auditoria da Receita Federal e de auditoria fiscal do Trabalho, cargos de auditor fiscal e analista tributário.

Está correto apenas o contido em

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.

39. Assinale a alternativa correta.

- (A) Submeter pessoa de quem se tem a guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei constitui crime de tortura.
- (B) Omitir, o agente, quando tinha o dever de evitar ou apurar conduta de outrem consistente em constrangimento a alguém ou emprego de grave ameaça, causando-lhe sofrimento mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão, constitui abuso de autoridade.
- (C) O abuso de autoridade sujeitará o seu autor apenas às sanções administrativas e penais.
- (D) No crime de tortura, a pena aumenta de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) se o crime é cometido por superior hierárquico.

40. Analise as proposições a seguir classificando-as em V (verdadeira) ou F (falsa).

- I. () Constitui apenas infração administrativa inscrever-se o eleitor, simultaneamente, em 2 (dois) ou mais partidos.
- II. () Os efeitos da condenação em crimes falimentares não são automáticos, devendo ser declarados na sentença, e perdurarão até 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade, podendo, contudo, cessar antes pela reabilitação.
- III. () O agente que não possuir Carteira de Habilitação ou Permissão para Dirigir terá a sua pena aumentada de 1/3 (um terço) à 1/2 (metade) no caso da prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor.
- IV. () O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente não é considerado circunstância atenuante nos delitos previstos na Lei Ambiental (Lei n.º 9.605/98).

Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das proposições.

- (A) I-F; II-V; III-V; IV-F.
- (B) I-F; II-V; III-F; IV-V.
- (C) I-V; II-F; III-V; IV-V.
- (D) I-V; II-V; III-F; IV-F.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Considere as afirmações a seguir.

- I. São admitidos no Direito Processual Penal a interpretação extensiva, a aplicação analógica e os princípios gerais de direito.
- II. Os costumes têm caráter de fonte normativa primária do Direito Processual Penal.
- III. Com autorização pela Emenda Constitucional n.º 45/09 para o Supremo Tribunal Federal (STF) editar súmulas vinculantes, passamos a ter novas fontes material e formal das normas processuais penais.
- IV. A analogia é aplicável somente em caso de lacuna involuntária da lei, ainda que não haja real semelhança entre o caso previsto e o não previsto.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.

42. Leia atentamente as assertivas a seguir.

- I. Nos crimes sujeitos ao procedimento da Lei n.º 9.099/95, a respeito do lugar do crime, adota-se a teoria da atividade.
- II. No delito plurilocal, no caso de a conduta e o resultado ocorrerem dentro do território nacional, aplica-se a teoria da ubiquidade.
- III. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu somente quando não conhecido o lugar da infração.
- IV. Em relação ao foro especial, previsto em lei ordinária ou de organização judiciária, no caso de cometimento de crime contra a vida, prevalecerá a competência do Tribunal do Júri.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.

43. Analise as proposições seguintes.

- I. Aplica-se a revelia ao acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer ao juízo sem motivo justificado e não atender ao chamado deste, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- II. No caso de determinação de citação por carta rogatória, de réu no estrangeiro, em lugar sabido, suspende-se o curso do prazo prescricional até o seu cumprimento.
- III. As cartas rogatórias só serão expedidas se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos do envio.
- IV. Quando o réu se ocultar para não ser citado no juízo deprecado, deve-se devolver a carta precatória ao juízo deprecante para realizar a citação por edital.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.

44. Assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, pedir ao juiz que declare a sentença sempre que nela houver obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão.
- (B) Ainda que preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, caberá ao próprio juiz de primeiro grau fazê-la, respeitado o contraditório.
- (C) Nos crimes de ação pública, conforme previsão legal, não poderá o juiz reconhecer circunstâncias agravantes que não tenham sido alegadas pelo Ministério Público.
- (D) A violação da regra da correlação entre acusação e sentença é causa de nulidade relativa.

45. Cabe recurso de apelação das decisões em que

- (A) julgarem procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
- (B) decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- (C) ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- (D) revogar a medida de segurança.

46. Assinale a alternativa correta.

- (A) É assegurado ao condenado maior de 60 (sessenta) anos de idade o recolhimento em local adequado e separado dos demais presos.
- (B) Considerando o dispositivo legal que rege a matéria, será admitido o recolhimento em regime domiciliar quando o condenado for maior de 65 (sessenta e cinco) anos, cujo regime de cumprimento de pena for o aberto.
- (C) Considerando a legislação vigente, a casa de albergado se destina somente ao cumprimento da pena em regime aberto.
- (D) A progressão do regime fechado para o semiaberto depende sempre do laudo da Comissão Técnica de Classificação.

47. Analise as proposições seguintes classificando-as em V (verdadeira) ou F (falsa).

- I. () Ao agente que praticar a conduta prevista no artigo 28 da Lei n.º 11.343/06, poderá o Ministério Público propor a transação penal (artigo 76 da Lei n.º 9.099/95), com a aplicação imediata de pena prevista no referido dispositivo a ser especificada na proposta.
- II. () Nos crimes definidos na Lei n.º 11.343/06, o inquérito será concluído em 30 (trinta) dias se o réu estiver preso e em 60 (sessenta) dias se estiver solto.
- III. () O perito que subscrever o laudo de constatação toxicológica ficará impedido da elaboração do laudo definitivo.
- IV. () Na audiência de instrução e julgamento dos crimes definidos na Lei n.º 11.343/06, as testemunhas serão inquiridas após o interrogatório do réu.

Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das proposições.

- (A) I-V; II-V; III-F; IV-V.
- (B) I-F; II-F; III-V; IV-V.
- (C) I-V; II-F; III-F; IV-V.
- (D) I-F; II-V; III-V; IV-F.

48. A Lei n.º 12.403/11 inovou ao prever outra modalidade de medida cautelar, que consiste na prisão domiciliar. Com relação às hipóteses de aplicação da prisão domiciliar, como substitutiva da prisão preventiva, conforme a lei citada, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a gestante a partir do 6.º (sexto) mês de gestação, independentemente de risco para a gravidez.
- (B) Quando o acusado ou indiciado for paraplégico.
- (C) Quando o agente for imprescindível para os cuidados especiais de pessoa menor de 7 (sete) anos de idade.
- (D) Quando o indiciado ou acusado for maior de 80 (oitenta) anos de idade.

49. Analise as proposições seguintes.

- I. O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica em decadência do direito.
- II. A transação penal, com trânsito em julgado, consistente em multa e não cumprida, acarreta tão somente a sua execução pelo Ministério Público no âmbito do JECRIM (Juizado Especial Criminal).
- III. Da decisão do juiz que homologa a transação penal, caberá o recurso de apelação.
- IV. Da decisão de rejeição da denúncia, nos processos de competência do Juizado Especial, caberá apelação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

50. Leia atentamente as assertivas a seguir.

- I. A proteção oferecida pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas terá a duração máxima e improrrogável de 2 (dois) anos.
- II. A pessoa protegida pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, quando servidor público ou militar, poderá ter as suas atividades funcionais temporariamente suspensas, sem prejuízo dos respectivos vencimentos e vantagens.
- III. A exclusão da pessoa protegida do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas não poderá ocorrer por solicitação própria.
- IV. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, no caso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à Superior Instância, o juiz proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.

51. Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente a lei poderá dispor sobre a competência e o funcionamento de órgãos jurisdicionais.
- (B) O magistrado poderá ser removido contra sua vontade, por motivo de interesse público, mediante decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do CNJ, assegurada ampla defesa.
- (C) O Poder Judiciário brasileiro é constituído pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, tribunais e juízes da justiça federal, comum e especializada, bem como de tribunais e da justiça estadual, sendo que todos os seus membros ingressam na carreira mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as fases.
- (D) As promoções dos magistrados sempre se darão pelo critério objetivo do merecimento, sendo obrigatória a promoção do magistrado que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.

52. Analise as afirmativas a seguir.

- I. É prevista como garantia constitucional dos magistrados a possibilidade do exercício remunerado de dois cargos de magistério.
- II. Constitui garantia constitucional dos magistrados a irredutibilidade de subsídios, não podendo a lei infraconstitucional estabelecer qualquer ressalva.
- III. Todo magistrado, a partir de sua posse no cargo e efetivo exercício, torna-se vitalício e somente poderá perder o cargo por sentença transitada em julgado.
- IV. De acordo com a Constituição Republicana de 1988, o Poder Judiciário reger-se-á pelo princípio da publicidade de seus julgamentos, sob pena de nulidade, podendo, contudo, a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.

Está correto apenas o contido em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) IV.
- (D) II e IV.

53. Com relação à competência concorrente dos Estados para legislar, assinale a alternativa correta.

- (A) Não podem os Estados legislar sobre proteção ambiental.
- (B) As Assembleias Legislativas estaduais têm competência suplementar para legislar sobre as custas judiciais e emolumentos.
- (C) Os Estados sempre podem legislar de forma supletiva sobre critérios de identificação das causas cíveis de “menor complexidade” e dos crimes de “menor potencial ofensivo”, a serem julgados pelos juizados especiais.
- (D) Jamais poderá ser autorizado aos Estados da Federação legislar sobre assuntos de competência privativa da União.

54. Analise as afirmativas a seguir.

- I. As normas que definem os direitos e garantias individuais são consideradas programáticas.
- II. As normas constitucionais chamadas de “eficácia limitada”, de acordo com a doutrina brasileira, apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- III. Segundo a doutrina e jurisprudência brasileira, o direito de greve, reconhecido ao servidor público pela Constituição Federal brasileira de 1988, é de eficácia plena.
- IV. As normas infraconstitucionais anteriores à promulgação de uma nova constituição, quando com esta incompatíveis ou não recepcionadas, são tidas como normas inconstitucionais.

Está correto apenas o contido em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.

55. Com relação ao princípio constitucional do “direito adquirido”, o STF já consolidou o entendimento de que

- (A) é possível invocá-lo diante da mudança de regime jurídico de servidor público.
- (B) há sempre “direito adquirido” aos critérios de fixação do valor da remuneração dos servidores públicos.
- (C) a garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos é “modalidade qualificada” de “direito adquirido”.
- (D) não há falar em “direito adquirido” quando a administração pública necessita revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, visando claramente ao interesse público.

56. Analise as afirmativas a seguir.

- I. A repristinação é o fenômeno jurídico que ocorre quando uma norma revogadora de outra anterior, que, por sua vez, tivesse revogado uma mais antiga, recoloca esta última novamente em estado de produção de efeitos.
- II. O fenômeno repristinatório existe no ordenamento jurídico brasileiro sem que haja necessidade de qualquer ressalva normativa, já que ele pode ser presumido constitucionalmente.
- III. A declaração final de inconstitucionalidade, quando proferida em sede de fiscalidade normativa abstrata, não importa no efeito repristinatório de normas revogadas pelo diploma normativo julgado inconstitucional.
- IV. Em virtude do exercício da competência legislativa plena dos Estados, a União não poderá suspender a eficácia de lei estadual no que lhe for contrário.

Está correto apenas o contido em

- (A) I.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.

57. Com relação ao princípio da igualdade previsto no texto constitucional brasileiro, assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) Acentuam o princípio da igualdade os chamados direitos de “primeira geração”.
- (B) De acordo com o STF, não ofende o princípio da igualdade a limitação de idade para a inscrição em concurso público, desde que se leve em conta a natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- (C) O princípio da isonomia reveste-se de autoaplicabilidade e não é suscetível de regulamentação ou complementação normativa.
- (D) Segundo o STF, não cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos, mesmo que sob o fundamento do princípio da igualdade.

58. Analise as afirmativas a seguir.

- I. Os chamados pela doutrina de “direitos fundamentais de primeira geração” estão relacionados com a igualdade e compõem alguns direitos sociais, tais como os direitos trabalhistas, previdenciários, econômicos e culturais, e outros vinculados à educação e à saúde.
- II. As normas fundamentais de direitos sociais, previstas na Constituição Federal brasileira, não vinculam o legislador cuja liberdade envolve o seu juízo de discricionariedade para que haja concretização de programas e fins constitucionais.
- III. O STF tem considerado incidente sobre determinadas matérias a cláusula da “reserva constitucional de jurisdição”, como no caso de busca domiciliar e de interceptação telefônica.
- IV. A liberdade constitucional de locomoção encontra restrições próprias à sua manifestação ou mesmo impostas por regulamentações dos poderes públicos.

Está correto apenas o contido em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.

59. Assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) De acordo o entendimento do STF, a impetração de mandado de segurança coletivo, por entidade de classe em favor dos associados, independe da autorização destes.
- (B) Inexiste direito líquido e certo amparado por mandado de segurança, quando fundado em lei cujos efeitos foram anulados por outra declarada inconstitucional pelo STF.
- (C) Conforme reconhece o STF, a entidade de classe tem legitimidade para o mandado de segurança, ainda que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- (D) A controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança, já que este exige o direito líquido e certo.

60. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O STF já consolidou o entendimento de que a ação cível pública pode ser utilizada como meio de fiscalização difusa de constitucionalidade, desde que a declaração de inconstitucionalidade seja apenas a causa pedir e não constitua objeto único do pedido.
- II. No controle concreto de constitucionalidade, a arguição de inconstitucionalidade é questão prejudicial e gera um procedimento *incidenter tantum*.
- III. O sistema judicial de controle de constitucionalidade brasileiro foi alterado pela Emenda n.º 16/65 à Constituição Federal brasileira de 1946, uma vez que introduziu o controle judicial abstrato.
- IV. O sistema judicial de controle de constitucionalidade brasileiro até a introdução do controle concentrado, por modificação operada na Constituição Federal de 1946, seguia o modelo norte-americano, sendo que, a partir daí, recepcionou a concepção “austriaco-kelseniana”, sem, contudo, abandonar a fiscalização judicial difusa.

Está correto o contido em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

DIREITO ELEITORAL

61. É correto afirmar que a criação da Justiça Eleitoral ocorreu

- (A) após a instauração do Regime Militar de 1964, pois os militares, ao assumirem o poder, tinham como meta moralizar as práticas políticas no país.
- (B) ao tempo do Império, por iniciativa de D. Pedro II, copiando o modelo português, de inspiração francesa.
- (C) após a Revolução de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas.
- (D) em 1946, após a restauração democrática, quando os militares, egressos da Força Expedicionária Brasileira, inspiraram-se na reação aos regimes nazifascistas corrente na Europa do pós-Guerra.

62. Falecido um vereador, dois meses após tomar posse no cargo, dois suplentes reivindicam o direito de assumir a cadeira à Câmara Municipal. A questão terá de ser resolvida pela(o):

- (A) Justiça Eleitoral, porque se trata de matéria pertinente ao desdobramento do processo eleitoral.
- (B) Justiça Comum Estadual, por ser matéria alheia à competência da Justiça Eleitoral.
- (C) Poder Legislativo, por se tratar de matéria *interna corporis*.
- (D) Justiça Federal, porque compete à União legislar sobre Direito Eleitoral.

63. Um erro de apuração fez com que candidato a vereador não eleito tomasse posse na vaga de outro candidato verdadeiramente eleito. O prejudicado, após pedir judicialmente a recontagem de votos, foi diplomado e assumiu o mandato somente dois anos após o início da legislatura. Reclamou indenização por perdas e danos, inclusive danos morais.

É competente para julgar a ação a(o)

- (A) Justiça Federal.
- (B) Justiça Comum Estadual.
- (C) Justiça Eleitoral de primeira instância.
- (D) respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

64. A propaganda eleitoral poderá ser iniciada a partir da(o)

- (A) escolha do candidato pela convenção partidária (artigo 240 do Código Eleitoral).
- (B) escolha do candidato pela convenção partidária, desde que sejam modalidades de propaganda previstas pelo Código Eleitoral (artigo 240 do Código Eleitoral).
- (C) dia 5 de julho do ano da eleição, desde que sejam modalidades de propaganda previstas pela Lei das Eleições (artigo 36, *caput*, da Lei n.º 9.504/97).
- (D) dia 5 de julho do ano da eleição (artigo 36, *caput*, da Lei n.º 9.504/97 – Lei das Eleições).

65. É correto afirmar que a propaganda eleitoral pela internet

- (A) será sempre gratuita, se feita por meio de *sites* dos candidatos e partidos políticos.
- (B) será admitida somente se for propaganda paga e se feita por meio de *sites* de pessoas jurídicas de direito privado, *blogs* e congêneres.
- (C) poderá ser feita de forma gratuita, desde que assegurada igualdade de tratamento a candidatos, partidos e coligações, em *sites* oficiais e da Administração Pública indireta, em todos os níveis federativos.
- (D) será sempre gratuita.

66. O artigo 1.º, *caput*, da Resolução n.º 22.610/07, do Tribunal Superior Eleitoral, estabelece que “o partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa”.
- É correto afirmar que a competência para decretar a perda do mandato de vereador, por infidelidade partidária, será do
- (A) juiz da zona eleitoral em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato.
 - (B) Tribunal Regional Eleitoral do estado em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato.
 - (C) juiz de direito da comarca em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato, *ad referendum* do respectivo Tribunal de Justiça.
 - (D) juiz da zona eleitoral em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato, *ad referendum* do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.
67. É correto afirmar que o candidato com pedido de registro *sub judice*
- (A) poderá prosseguir a campanha eleitoral.
 - (B) poderá prosseguir a campanha eleitoral, exceto a participação na propaganda pelo rádio e TV (horário gratuito), conforme recente interpretação jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (C) poderá prosseguir a campanha eleitoral, exceto a divulgação da propaganda pela internet, conforme recente interpretação jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) não poderá prosseguir a campanha eleitoral.
68. É correto afirmar que a prestação de contas de campanha integra o conceito de “quitação eleitoral”, para fins de registro de candidatura, nas seguintes condições, à luz da mais recente jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (p. ex., Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral n.º 339.082):
- (A) não basta que o candidato tenha apresentado a prestação de contas de campanha eleitoral anterior, sendo exigida a sua aprovação pela Justiça Eleitoral.
 - (B) nem mesmo a aprovação das contas pela Justiça Eleitoral, com ressalvas, permite a obtenção do registro da candidatura.
 - (C) basta que o candidato tenha apresentado a prestação de contas de campanha eleitoral anterior, independentemente de sua aprovação pela Justiça Eleitoral.
 - (D) não basta que o candidato tenha apresentado a prestação de contas de campanha eleitoral anterior, sendo exigida a sua aprovação pela Justiça Eleitoral, mas o indeferimento fica condicionado à impugnação ao pedido do registro, a ser formulada por quem de direito.
69. Na apuração de vereadores eleitos, é correto afirmar que, pela aplicação do sistema proporcional, o quociente partidário é obtido dividindo-se pelo
- (A) quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.
 - (B) quociente eleitoral, somado com o número de bairros que compõem o município respectivo, o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.
 - (C) quociente eleitoral, somado com o número de distritos que compõem o município respectivo, o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.
 - (D) quociente eleitoral, somado com o número de bairros e distritos, que compõem o município respectivo, o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.
70. Com relação ao recurso contra a expedição de diploma, previsto pelo artigo 262 do Código Eleitoral, é correto afirmar, à luz de doutrina predominante e jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (notadamente o Mandado de Segurança n.º 3.100/MA, DJ 07.02.2003), que tem natureza de
- (A) recurso, quando interposto perante os Tribunais Regionais Eleitorais ou o Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições submetidas às respectivas competências, porque, nesses casos, haverá efetivo duplo grau de jurisdição. Nas eleições municipais, tem natureza de ação constitutiva negativa do ato de diplomação, não caracterizado o duplo grau de jurisdição.
 - (B) recurso, quando interposto perante os Tribunais Regionais Eleitorais ou o Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições submetidas às respectivas competências, porque, nesses casos, adota-se critério “orgânico”, segundo o qual basta haver a denominação “tribunal” para o ato possuir natureza recursal. Nas eleições municipais, tem natureza de ação constitutiva negativa do ato de diplomação, porque não se aplica o referido critério “orgânico”.
 - (C) recurso em todas as hipóteses, haja vista a intenção do legislador em atribuir tal natureza independentemente do órgão da Justiça Eleitoral perante o qual é interposto.
 - (D) ação constitutiva negativa do ato de diplomação, levando-se em conta a natureza administrativa do ato da diplomação.

DIREITO EMPRESARIAL

71. Com a vigência do Novo Código Civil, à luz do artigo 966, é correto afirmar que o Direito brasileiro concluiu a transição para a
- (A) “teoria da empresa”, de matriz francesa.
 - (B) “teoria da empresa”, de matriz italiana.
 - (C) “teoria dos atos de comércio”, de matriz francesa.
 - (D) “teoria dos atos de comércio”, de matriz italiana.
72. No que diz respeito ao empresário individual, assinale a alternativa correta.
- (A) Não é pessoa jurídica e pode ingressar em juízo em nome próprio.
 - (B) É pessoa jurídica e não pode ingressar em juízo em nome próprio.
 - (C) Não é pessoa jurídica e pode ingressar em juízo em nome próprio, mas, para tanto, exige-se que tenha CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e não CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas).
 - (D) É pessoa híbrida e, para que ingresse em juízo, é necessário que outorgue duas procurações, uma em nome da pessoa física e outra em nome da empresa.
73. Com relação à sociedade limitada, assinale a alternativa correta.
- (A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas e cada um responde individualmente pela integralização do capital social.
 - (B) A sociedade limitada rege-se, nas omissões das disposições específicas do Código Civil, pelas normas da sociedade simples. Todavia, o contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade em comandita simples.
 - (C) Pode o contrato instituir conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País e eleitos pela assembleia anual. Nesse caso, haverá restrição a alguns dos poderes da assembleia dos sócios.
 - (D) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
74. É correto afirmar que compete à assembleia geral da sociedade anônima
- (A) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.
 - (B) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.
 - (C) suspender o exercício dos direitos do acionista.
 - (D) deliberar sobre o plano de recuperação judicial da companhia, em caso de grave crise financeira.
75. Assinale a alternativa correta sobre o corolário da aplicação do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras (conforme enunciado da Súmula n.º 297 do Superior Tribunal de Justiça).
- (A) As instituições financeiras ficam submetidas às restrições sobre cobrança de juros acima dos limites da Lei de Usura e do Código Civil de 2002.
 - (B) As instituições financeiras ficam impedidas de inscrever o nome de consumidores em cadastro de devedores inadimplentes.
 - (C) As instituições financeiras devem se precaver contra as ações de estelionatários que possam causar prejuízos contra consumidores e terceiros.
 - (D) As instituições financeiras ficam obrigadas a flexibilizar condições e dispensar garantias fidejussórias em contratos de mútuo, nos quais haja comprovada função social.
76. Assinale a alternativa correta com relação ao contrato de arrendamento mercantil (*leasing*).
- (A) Deve o comprador suportar os prejuízos do furto do veículo, se não providenciou a contratação de seguro para garantir o bem arrendado.
 - (B) No contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), é dispensável a notificação prévia do arrendatário, para constituí-lo em mora, quando houver cláusula resolutiva expressa.
 - (C) A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, ressalvada a hipótese em que o arrendatário se compromete, por expresso, a pagar o seguro DPVAT quando obteve financiamento para aquisição de veículo.
 - (D) Por força da Lei n.º 8.880/94, não é permitida a utilização da variação da cotação de moeda estrangeira (como o dólar) a título de correção monetária de contrato.

77. É correto afirmar, à luz da jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, que constitui título executivo extrajudicial
- (A) o contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.
- (B) nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito.
- (C) o contrato de cheque especial.
- (D) o instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito.
78. É correto afirmar que o cancelamento do protesto, após quitação do débito,
- (A) é ônus do credor.
- (B) é ônus do devedor.
- (C) é ônus do tabelião de protestos, que deverá proceder de ofício.
- (D) dependerá sempre de intervenção do Poder Judiciário, mediante alvará ou mandado, conforme seja jurisdição voluntária ou contenciosa.
79. Assinale a alternativa correta.
- (A) É competente a Justiça Federal para decretar falência ou deferir processamento da recuperação judicial de sociedade de economia mista cuja acionista majoritária seja a União.
- (B) É competente a Justiça Estadual para decretar falência ou deferir processamento da recuperação judicial de sociedade de economia mista cuja acionista majoritária seja a União.
- (C) É competente o juízo do foro eleito pela assembleia geral, ao aprovar o respectivo estatuto, para decretar falência ou deferir processamento da recuperação judicial de sociedade operadora de plano de assistência à saúde.
- (D) É competente o juízo do local da filial para decretar falência ou deferir processamento da recuperação judicial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
80. É correto afirmar que pode requerer recuperação judicial o devedor que
- (A) não tenha, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial.
- (B) exerça regularmente suas atividades há mais de cinco anos.
- (C) não tenha, há menos de cinco anos, obtido parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa da União, Estados ou Municípios.
- (D) não tenha, há menos de cinco anos, seu nome inscrito em cadastros de devedores inadimplentes.

81. Com relação ao sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta.
- (A) O sistema tributário nacional é integralmente regido por leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais e estaduais.
- (B) Diante da relação jurídica de natural inferioridade do contribuinte para com o Estado, o poder de tributar revela-se absoluto.
- (C) O poder de tributar é ato unilateral e vinculado, como decorrência constitucional da soberania estatal, e impõe ao destinatário do tributo que aceite a invasão em parcela de seu patrimônio.
- (D) As “limitações ao poder de tributar” são princípios constitucionalizados que restringem a atividade tributária estatal diante de direitos fundamentais, mas que não impedem que o Estado exija dos contribuintes, no exercício de atividade discricionária, uma parcela de seu patrimônio.
82. Com relação aos princípios do Direito Tributário, assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.
- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco.
- (B) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é proibido, sem ressalvas, estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais e intermunicipais.
- (C) O nosso sistema tributário constitucional veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos sobre templos de qualquer natureza.
- (D) O princípio da imunidade tributária recíproca é extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
83. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não há possibilidade legal de escolha, pelo contribuinte ou responsável pelo tributo, de domicílio tributário.
- (B) Jamais poderão ser consideradas “fontes” do Direito Tributário os Decretos, Tratados e as Convenções Internacionais, em virtude do princípio da reserva legal.
- (C) A exclusão, a suspensão e a extinção de créditos tributários, bem como a dispensa ou exclusão de penalidades, podem ser estabelecidas por decreto específico à respectiva finalidade.
- (D) Para que se configure o fato gerador da obrigação acessória, é imprescindível previsão ou definição em lei.

84. Assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) São solidariamente responsáveis tributários as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária.
- (B) A isenção ou a remissão de crédito tributário, na hipótese de solidariedade, exonera, sem ressalvas, todos os obrigados.
- (C) A responsabilidade é solidária quando tanto o contribuinte quanto o responsável respondem sem o benefício de ordem.
- (D) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade tributária à terceira pessoa, quando esta estiver vinculada ao fato gerador da exação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da mesma obrigação.

85. Analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se de uma imposição constitucional a não cumulatividade do ICMS.
- II. À exceção do ICMS e impostos de importação e exportação, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas à energia elétrica.
- III. Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.
- IV. O simples pedido de parcelamento do débito fiscal importa em interrupção da prescrição.
- V. A execução fiscal não se sujeita a concurso de credores ou habilitação.
- VI. É prevista legalmente a possibilidade de reconhecimento de ofício de prescrição intercorrente na execução fiscal.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e VI, apenas.
- (B) II, III, IV e V, apenas.
- (C) I, III, IV, V e VI, apenas.
- (D) I, II, III, IV, V e VI.

DIREITO AMBIENTAL

86. Em se considerando que o princípio da precaução e o princípio da prevenção já se encontram instrumentalizados no artigo 225, *caput*, da Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) se adota o princípio da prevenção quando há dúvida científica sobre o potencial danoso de uma ação que interfira no ambiente.
- (B) se adota o princípio da precaução quando conhecidos os males que a ação causa ao ambiente.
- (C) o princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório.
- (D) o princípio da prevenção derroga o princípio da precaução se estiverem em rota de colisão quando da solução de um caso concreto.

87. Assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) Os antecedentes ambientais do infrator, o baixo grau de instrução ou de escolaridade do agente e a sua situação econômica constituem circunstâncias que atenuam a pena, segundo o artigo 14 da Lei de Crimes Ambientais.
- (B) É possível a responsabilização penal de pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em nome ou em seu benefício.
- (C) É da Justiça Federal a competência para processar e julgar ação penal contra acusado de pesca predatória em águas territoriais de Estados-membros da Federação.
- (D) Os ecossistemas considerados constitucionalmente patrimônio natural não atraem competência da Justiça Federal.

88. Analise as afirmativas a seguir.

A manutenção da área destinada à reserva legal é obrigação propter rem

PORQUE

o adquirente possui legitimidade passiva ad causam em ação civil pública proposta em razão de dano ambiental, ainda que este não seja o autor do dano.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

89. Analise as afirmativas a seguir.

De acordo com o artigo 14, § 1.º da Lei n.º 6.938/81, o poluidor é obrigado a indenizar e reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, independentemente de culpa,

PORQUE,

segundo o entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário, os casos de danos ao ambiente atraem a aplicação da teoria do risco integral, que não admite excludentes de responsabilidade, nem mesmo o caso fortuito e a força maior.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

90. Analise as afirmativas a seguir.

De acordo com a Constituição da República, é correto afirmar que o aquífero Guarani, cuja dimensão abrange oito Estados-membros da Federação, além de se estender ao território do Paraguai, Uruguai e Argentina, enquanto nos limites do território nacional, é bem da União

PORQUE

a Constituição brasileira classificou os cursos d'água sob o critério da extensão (aqueles que banham mais de um Estado-membro) e o critério da segurança nacional (aqueles que servem de limites com outros países, estendem-se a território estrangeiro, ou dele provêm, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais).

Assinale a alternativa correta.

- (A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. Com relação ao Sistema de Registro de Preços, assinale a alternativa correta.

- (A) É uma modalidade de licitação que a Administração pode adotar para compras rotineiras de bens padronizados.
- (B) Admite-se o chamado “efeito carona”, segundo o qual a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório.
- (C) Os preços registrados serão sempre selecionados por meio da modalidade concorrência, não se admitindo a modalidade pregão nessa hipótese.
- (D) A existência de preços registrados obriga a Administração a contratar, sob pena de o beneficiário do preço fazer jus à indenização.

92. Analise as afirmações a seguir.

- I. Maria, servidora estável, reingressou no serviço público após ter sido colocada em disponibilidade em decorrência da extinção do cargo que ocupava.
- II. João, servidor aposentado por invalidez, retornou à ativa após ser constatada pela perícia médica a insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentadoria.
- III. Manuel, policial militar, retornou à corporação após a Administração ter constatado a ilegalidade do ato que o demitiu.
- IV. Alice, reprovada no estágio probatório do cargo para o qual foi nomeada, voltou a ocupar cargo que antes titularizava.

Os nomes dessas hipóteses de provimento derivado apresentadas são, correta e respectivamente,

- (A) (I) transposição; (II) readmissão; (III) reintegração; (IV) recondução.
- (B) (I) reversão; (II) aproveitamento; (III) recondução; (IV) reintegração.
- (C) (I) aproveitamento; (II) reversão; (III) reintegração; (IV) recondução.
- (D) (I) readmissão; (II) reversão; (III) reintegração; (IV) aproveitamento.

93. Com relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca dos serviços postais, assinale a alternativa correta.

- (A) O serviço postal é serviço público exclusivo da União, prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em situação de privilégio.
- (B) Os veículos utilizados pela ECT para prestação dos serviços postais podem ser penhorados, desde que em decorrência de execução fiscal pelo não pagamento do IPVA.
- (C) A ECT é empresa pública submetida ao regime privado, razão pela qual suas dívidas judiciais não se submetem ao regime de precatório.
- (D) O Estado de Minas Gerais pode cobrar o ICMS incidente sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela ECT, tendo em vista que a imunidade tributária do artigo 150, VI, ‘a’, CF, não se aplica às empresas privadas.

94. Assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) É possível a contratação de escritório de advocacia por dispensa de licitação.
- (B) Os delegatários dos serviços notariais e de registro submetem-se à aposentadoria compulsória.
- (C) É garantido o contraditório e a ampla defesa nos processos perante o Tribunal de Contas quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato e concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende as garantias constitucionais.

95. Com relação às prerrogativas processuais da Fazenda Pública, assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- (A) A Defensoria Pública pode ajuizar ação contra pessoa jurídica à qual se encontra vinculada; nesta hipótese, contudo, não fará jus aos honorários advocatícios de sucumbência.
- (B) É de 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão executiva atinente à tarifa por prestação de serviços de água e esgoto, cujo vencimento, na data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, era superior a dez anos; do contrário, o prazo será de 10 (dez) anos.
- (C) Ao contrário do que ocorre entre particulares, o juiz pode, de ofício, determinar o reforço da penhora em execução movida pela Fazenda Pública.
- (D) Os procuradores da Fazenda Pública, de quaisquer dos entes da Federação, detêm a prerrogativa da intimação pessoal quando se tratar de execução fiscal.

96. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu uma série de parâmetros para solução judicial dos casos concretos que envolvem o direito à saúde. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses parâmetros.

- (A) O Poder Judiciário pode determinar o fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA, desde que ordene o custeio pela União Federal, responsável pelo fornecimento de medicamentos estratégicos de alto custo.
- (B) A Constituição Federal consagra o direito público subjetivo a políticas públicas que promovam, protejam e recuperem o direito à saúde, de modo que os pacientes têm o direito a todo e qualquer medicamento ou procedimento.
- (C) A descentralização dos serviços da saúde no âmbito do SUS, com competências específicas para cada ente da Federação, afasta a possibilidade de responsabilidade solidária entre eles nas demandas judiciais com pedido de fornecimento de medicamentos.
- (D) Os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do SUS podem ser questionados judicialmente, mas compete à parte autora comprovar a ineficácia ou impropriedade da política de saúde existente.

97. A Câmara Municipal de Espírito Santo do Pontal, Minas Gerais, após instaurar e processar o prefeito local por quebra de decoro, deliberou, em votação secreta, por cinco votos a quatro, que a acusação era procedente e o afastou do cargo. Inconformado, o prefeito impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, perante o juízo da comarca, para que fosse imediatamente reconduzido ao cargo, ao fundamento de que não pode ser cassado porque a votação, além de secreta, não perfizera os dois terços exigidos pela lei. Em se admitindo que o concursando é o juiz local, assinale a alternativa que apresenta a decisão correta.

- (A) Deferir a liminar.
- (B) Indeferir a liminar.
- (C) Diferir a liminar.
- (D) Declinar da competência ou extinguir a ação.

98. Analise as afirmativas a seguir.

Os bens de uso comum do povo, desde que suscetíveis de valoração patrimonial e desafetados, podem ser alienados

PORQUE

tanto uma rua quanto uma praça, uma praia ou as margens de um rio navegável são suscetíveis de valoração patrimonial e de desafetação.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

99. Analise as afirmativas a seguir.

Não podem os Estados e Municípios decretar a desapropriação de imóvel rural

PORQUE

é competência exclusiva da União a desapropriação que se destine à reforma agrária.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

100. Analise as afirmativas a seguir.

O Poder Judiciário pode exercer o controle dos atos administrativos, quer no que tange à conformidade dos elementos vinculados com a lei (controle de legalidade stricto sensu) quer no que toca à compatibilidade dos elementos discricionários com os princípios constitucionalmente expressos (controle da legalidade lato sensu), decretando sua nulidade, se necessário)

PORQUE

são elementos do ato administrativo o sujeito, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.